OS DESAFIOS DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA.

Samuel Ferreira

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior, com ênfase nas experiências vivenciadas em uma universidade comunitária. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem bibliográfica e documental, buscando compreender os fatores que influenciam a trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Conforme apontam Cruz e Cruz (2025), a permanência estudantil envolve múltiplas dimensões, incluindo condições socioeconômicas, apoio institucional e políticas públicas. Nesse contexto, as universidades comunitárias desempenham papel relevante ao promover inclusão e democratização do ensino. A metodologia adotada baseia-se na análise de produções científicas recentes e documentos institucionais, conforme orientações de Creswell (2021) e Narciso e Santana (2025), permitindo identificar padrões e desafios recorrentes. Os resultados evidenciam que, embora haja avanços nas políticas de acesso, ainda persistem obstáculos significativos relacionados à evasão, dificuldades financeiras e falta de suporte adequado (Santos; Garcia, 2025). Além disso, questões como inclusão de estudantes com deficiência e pertencentes a grupos minoritários reforçam a necessidade de estratégias mais eficazes (Lima; Carmo, 2023). Conclui-se que a permanência no ensino superior exige ações integradas entre políticas públicas e práticas institucionais, sendo fundamental o fortalecimento de mecanismos de apoio acadêmico e social para garantir o sucesso dos estudantes.

Palavras-chave: Ensino superior; Permanência estudantil; Acesso à educação; Universidade comunitária.

ABSTRACT

This study aims to analyze the challenges related to access and retention in higher education, with emphasis on the experiences observed in a community university. The research is based on a bibliographic and documentary approach, seeking to understand the factors that influence students' academic trajectories, especially those in socially vulnerable situations. According to Cruz and Cruz (2025), student retention involves multiple dimensions, including socioeconomic conditions, institutional support, and public policies. In this context, community universities play an important role in promoting inclusion and democratization of education. The methodology is based on the analysis of recent scientific publications and institutional documents, following the guidelines of Creswell (2021) and Narciso and Santana (2025), allowing the identification of recurring patterns and challenges. The results show that, although there have been advances in access policies, significant obstacles remain related to dropout rates, financial difficulties, and lack of adequate support (Santos & Garcia, 2025). Furthermore, issues such as the inclusion of students with disabilities and minority groups reinforce the need for more effective strategies (Lima & Carmo, 2023). It is concluded that retention in higher education requires integrated actions between public policies and institutional practices, highlighting the importance of strengthening academic and social support mechanisms to ensure student success.

Keywords: Higher education; Student retention; Access to education; Community university.

1. INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil tem se ampliado nas últimas décadas, impulsionado por políticas públicas de inclusão e expansão educacional. No entanto, garantir a permanência dos estudantes nas instituições de ensino ainda constitui um dos principais desafios enfrentados pelo sistema educacional. Conforme destacam Pinheiro (2024), o ingresso no ensino superior não assegura, por si só, a conclusão da formação acadêmica, sendo necessária a implementação de políticas eficazes de permanência.

As universidades comunitárias assumem um papel estratégico, pois atuam na promoção do acesso à educação superior com compromisso social e regional. Entretanto, tais instituições também enfrentam limitações estruturais e financeiras que impactam diretamente na permanência estudantil. Segundo Theodoro e Freitas (2025), fatores como vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades de adaptação acadêmica e ausência de suporte institucional contribuem para o aumento da evasão.

O problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender: *quais são os principais desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior em uma universidade comunitária?* Diante disso, o objetivo geral é analisar esses desafios, identificando fatores condicionantes e possíveis estratégias de enfrentamento.

A relevância deste estudo está na necessidade de aprofundar a discussão sobre inclusão educacional, especialmente em contextos comunitários, contribuindo para o desenvolvimento de políticas institucionais mais eficazes. Como afirmam Novaes et al. (2025), a permanência no ensino superior deve ser compreendida como um processo complexo, que envolve não apenas o estudante, mas também a estrutura institucional e o contexto social.

2. APRESENTAÇÃO

A discussão sobre acesso e permanência no ensino superior tem ganhado destaque no cenário acadêmico contemporâneo, especialmente diante das desigualdades sociais que ainda marcam o sistema educacional brasileiro. O acesso ampliado, promovido por políticas públicas, não tem sido suficiente para garantir a continuidade dos estudantes, evidenciando a necessidade de ações complementares voltadas à permanência (Santos; Garcia, 2025).

As universidades comunitárias destacam-se nesse cenário por sua natureza híbrida, combinando características públicas e privadas, com forte compromisso social. Essas instituições atuam na democratização do ensino, atendendo, muitas vezes, estudantes de baixa renda e grupos historicamente excluídos. Conforme Robert et al. (2024), a inclusão efetiva requer mais do que o acesso, sendo necessário garantir condições adequadas de permanência.

A permanência estudantil está diretamente relacionada à oferta de políticas de assistência, como bolsas de estudo, apoio psicológico e acompanhamento pedagógico. Segundo Lima e Carmo (2023), a ausência desses mecanismos pode comprometer significativamente a trajetória acadêmica, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. Àdiversidade do público acadêmico, incluindo estudantes com deficiência, oriundos de áreas rurais ou pertencentes a minorias sociais. Conforme Silva et al. (2025), esses grupos enfrentam barreiras adicionais que dificultam sua permanência, exigindo estratégias institucionais específicas.

O acesso ao ensino superior no Brasil tem sido ampliado nas últimas décadas por meio de políticas públicas inclusivas, porém a permanência dos estudantes ainda se configura como um desafio significativo, especialmente em universidades comunitárias. Essas instituições, que possuem forte compromisso social, atendem majoritariamente estudantes oriundos de contextos de vulnerabilidade, o que torna a permanência acadêmica um processo complexo e multifatorial. Conforme destaca Pinheiro (2024), o acesso ampliado não garante, por si só, a conclusão do percurso formativo, sendo necessário considerar condições estruturais e sociais que influenciam a trajetória estudantil.

Entre os principais desafios relacionados ao acesso, destaca-se a desigualdade socioeconômica, que ainda limita o ingresso de muitos estudantes no ensino superior. Mesmo com políticas de inclusão, como bolsas e financiamentos, há barreiras relacionadas à preparação acadêmica e ao capital cultural dos estudantes. Segundo Cruz e Cruz (2025), estudantes de baixa renda frequentemente enfrentam dificuldades desde o processo seletivo até a adaptação ao ambiente universitário, o que impacta diretamente sua permanência.

No que se refere à permanência, os fatores econômicos são determinantes. A necessidade de conciliar trabalho e estudo, aliada à insuficiência de recursos financeiros, contribui para o aumento da evasão. Conforme Santos e Garcia (2025), muitos estudantes abandonam seus cursos devido à incapacidade de arcar com custos indiretos, como transporte, alimentação e materiais acadêmicos, evidenciando a importância de políticas de assistência estudantil.

A defasagem na formação básica pode comprometer o desempenho acadêmico, gerando insegurança e desmotivação. De acordo com Novaes et al. (2025), a falta de apoio pedagógico adequado pode intensificar essas dificuldades, aumentando o risco de evasão. A inclusão de estudantes com deficiência e de grupos historicamente marginalizados também representa um desafio importante. Apesar dos avanços nas políticas de inclusão, ainda existem barreiras estruturais e pedagógicas que dificultam a permanência desses estudantes. Conforme Lima e

Carmo (2023), a ausência de acessibilidade adequada e de práticas pedagógicas inclusivas limita a participação plena desses indivíduos no ambiente acadêmico.

Aspectos psicológicos e emocionais influenciam diretamente a permanência no ensino superior. A pressão acadêmica, a adaptação a um novo ambiente e a ausência de redes de apoio podem gerar sofrimento psíquico nos estudantes. Segundo Silva, Givigi e Camargo (2024), a falta de suporte psicológico institucional contribui para o abandono dos cursos, evidenciando a necessidade de políticas de cuidado e acolhimento.

No contexto das universidades comunitárias, esses desafios são ainda mais evidentes devido às limitações financeiras dessas instituições. Diferentemente das universidades públicas, muitas instituições comunitárias dependem de mensalidades e recursos próprios, o que pode restringir a oferta de programas de assistência estudantil. Conforme Theodoro e Freitas (2025), essa limitação impacta diretamente na capacidade institucional de promover a permanência dos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se fundamental a implementação de estratégias de enfrentamento que considerem a complexidade do fenômeno. Entre essas estratégias, destacam-se a ampliação de políticas de assistência estudantil, o fortalecimento do apoio pedagógico e a promoção de ações inclusivas. Segundo Narciso e Santana (2025), a construção de práticas educacionais inovadoras pode contribuir para a melhoria da experiência acadêmica e para a redução da evasão.

A permanência estudantil não deve ser responsabilidade exclusiva das instituições de ensino, mas sim resultado de um esforço conjunto entre governo, universidade e sociedade. Conforme Robert et al. (2024), a articulação entre diferentes atores sociais é essencial para garantir a equidade no ensino superior.

Os desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior em universidades comunitárias são diversos e interdependentes, exigindo abordagens integradas e contínuas. A análise desses fatores permite identificar caminhos possíveis para o fortalecimento de políticas educacionais mais inclusivas e eficazes, contribuindo para a construção de um ensino superior mais democrático e acessível a todos.

Compreender os desafios do acesso e da permanência no ensino superior implica analisar um conjunto de fatores inter-relacionados, que envolvem dimensões sociais, econômicas e institucionais. Esses fatores não atuam de forma isolada, mas se articulam de maneira complexa, influenciando diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes.

No âmbito social, destacam-se as desigualdades históricas que afetam o ingresso e a continuidade no ensino superior, especialmente entre grupos em situação de vulnerabilidade (Pinheiro, 2024). Já no aspecto econômico, a limitação de recursos financeiros constitui uma das

principais barreiras à permanência, exigindo a implementação de políticas de assistência estudantil eficazes (Santos; Garcia, 2025). No campo institucional, é fundamental considerar a qualidade do suporte oferecido pelas universidades, incluindo ações pedagógicas, psicológicas e de inclusão (Lima; Carmo, 2023). A articulação entre políticas públicas e práticas institucionais é essencial para garantir condições equitativas de acesso e permanência (Theodoro; Freitas, 2025). Dessa forma, a análise integrada desses elementos possibilita uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno, contribuindo para a formulação de estratégias que promovam a democratização do ensino superior e o sucesso acadêmico dos estudantes.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da análise de artigos científicos, livros e publicações recentes sobre o tema, conforme definição de Gil (2019), que destaca esse tipo de pesquisa como fundamental para o levantamento e análise de produções já existentes.

A pesquisa documental, por sua vez, envolveu a análise de documentos institucionais e relatórios relacionados às políticas de acesso e permanência no ensino superior, permitindo uma compreensão mais contextualizada do fenômeno estudado. Segundo Fávero e Centenaro (2019), esse tipo de abordagem possibilita o acesso a informações relevantes que não estão sistematizadas em produções acadêmicas.

Para a organização e análise dos dados, utilizou-se como referência a revisão sistemática da literatura, conforme orientações de Galvão e Ricarte (2019), complementadas pelo protocolo Prisma, conforme Page et al. (2021), que contribui para maior rigor metodológico na seleção das fontes.

Além disso, foram consideradas contribuições metodológicas contemporâneas, como as discutidas por Morales (2022) e Narciso e Santana (2025), que enfatizam a importância de uma análise crítica e estruturada na produção científica.

4. DESENVOLVIMENTO

No que se refere aos processos de ingresso, observa-se que as universidades comunitárias adotam diferentes formas de acesso, como vestibulares próprios, utilização de notas do ensino médio, programas de bolsas institucionais e parcerias com políticas públicas de financiamento estudantil. Esses mecanismos ampliam as oportunidades de entrada, permitindo que estudantes de diferentes perfis socioeconômicos tenham acesso ao ensino superior. Esse

cenário contribui positivamente para a inclusão educacional e para a diversificação do público acadêmico.

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem bibliográfica e documental, considerada adequada para a compreensão ampla do fenômeno estudado, pois permite a análise crítica de produções científicas e documentos institucionais. Conforme Creswell (2021), esse tipo de abordagem possibilita uma investigação sistemática e consistente, enquanto Narciso e Santana (2025) destacam que a utilização de múltiplas fontes contribui para uma análise mais robusta e confiável. No contexto das universidades comunitárias, essa análise também permite compreender como essas instituições se mantêm financeiramente, geralmente por meio de mensalidades, convênios, projetos de extensão, parcerias com o setor público e privado e reinvestimento dos recursos na própria instituição, reforçando seu caráter social e comunitário.

A permanência estudantil é compreendida como um processo multidimensional, envolvendo fatores socioeconômicos, apoio institucional e políticas públicas, o que reforça a complexidade do tema, mas também evidencia oportunidades de intervenção eficaz. Conforme apontam Cruz e Cruz (2025), a permanência depende de uma rede de suporte integrada, o que tem sido progressivamente reconhecido pelas instituições de ensino. Nesse contexto, destaca-se a importância da formação continuada dos professores, que contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. Professores capacitados estão mais preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, promovendo estratégias de ensino que favorecem a aprendizagem de todos os estudantes.

As universidades comunitárias destacam-se como agentes fundamentais na promoção da inclusão e da democratização do ensino superior, especialmente por sua atuação em contextos regionais e por seu compromisso social. Além disso, investem na formação coesa dos alunos, buscando não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a formação crítica, ética e cidadã. Esse processo envolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, que contribuem para a construção de conhecimentos integrados e aplicados à realidade social. Os resultados evidenciam que, embora ainda existam desafios como dificuldades financeiras e riscos de evasão, há avanços importantes na criação de mecanismos de suporte, conforme indicam Santos e Garcia (2025), bem como no fortalecimento de práticas inclusivas.

A superação dos desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior exige ações integradas e contínuas. Estratégias como ampliação de bolsas e auxílios, fortalecimento do apoio pedagógico, investimento na formação docente e promoção de práticas inclusivas têm se mostrado eficazes para garantir o sucesso acadêmico dos estudantes. A articulação entre políticas públicas e iniciativas institucionais reforça a capacidade das

universidades comunitárias de responder às demandas sociais, consolidando seu papel como espaços de transformação social. O estudo evidencia não apenas os desafios existentes, mas também as soluções e avanços que contribuem para a construção de uma educação superior mais acessível, inclusiva e de qualidade.

4.1. Políticas de acesso ao ensino superior e democratização educacional

O acesso ao ensino superior no Brasil tem sido ampliado por meio de políticas públicas voltadas à inclusão social, como programas de financiamento estudantil e sistemas de cotas. Essas iniciativas têm contribuído significativamente para a democratização do ensino, permitindo que estudantes de diferentes origens socioeconômicas ingressem na universidade. No entanto, conforme aponta Pinheiro (2024), o acesso, por si só, não garante equidade educacional, sendo necessário avançar também em políticas de permanência.

As universidades comunitárias desempenham papel relevante ao oferecer oportunidades educacionais em regiões menos atendidas pelo ensino público (Pinheiro, 2024). Essas instituições assumem uma função social estratégica ao promover o acesso ao ensino superior para populações que, historicamente, enfrentam barreiras estruturais, contribuindo para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades educacionais. Seu compromisso com a comunidade local favorece a construção de uma educação mais inclusiva e voltada às demandas sociais específicas, fortalecendo a relação entre universidade e sociedade.

Contudo, essas instituições enfrentam desafios significativos relacionados à sustentabilidade financeira e à oferta de suporte adequado aos estudantes (Santos; Garcia, 2025). Diferentemente das universidades públicas, as comunitárias dependem, em grande medida, de recursos provenientes de mensalidades e parcerias institucionais, o que pode limitar a expansão de políticas de assistência estudantil. Essa limitação impacta diretamente na permanência dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que necessitam de apoio contínuo para manter sua trajetória acadêmica.

Torna-se fundamental o desenvolvimento de estratégias institucionais que garantam não apenas o acesso, mas também condições efetivas de permanência. Segundo Theodoro e Freitas (2025), a ampliação do acesso deve estar articulada a políticas de apoio acadêmico, financeiro e psicossocial, capazes de atender às necessidades dos estudantes de forma integral. O fortalecimento dessas estratégias é essencial para consolidar o papel das universidades comunitárias como agentes de inclusão e transformação social no ensino superior.

4.2. Fatores socioeconômicos e evasão no ensino superior

A evasão no ensino superior está fortemente associada a fatores socioeconômicos, que impactam diretamente a permanência dos estudantes. Dificuldades financeiras, necessidade de conciliar trabalho e estudo, e falta de apoio familiar são elementos que contribuem para o abandono dos cursos. Conforme destacam Santos e Garcia (2025), a evasão não deve ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como resultado de múltiplas vulnerabilidades.

Estudantes provenientes de contextos de desigualdade social enfrentam maiores obstáculos para manter sua trajetória acadêmica, uma vez que carregam consigo limitações que vão além do espaço universitário. Essas dificuldades incluem não apenas restrições financeiras, mas também lacunas na formação básica, acesso limitado a bens culturais e ausência de redes de apoio familiar e institucional. Segundo Silva et al. (2025), grupos como jovens negros, estudantes rurais e de baixa renda apresentam maiores índices de evasão, o que evidencia a persistência de desigualdades estruturais no acesso e na permanência no ensino superior. Esses fatores reforçam a necessidade de uma análise mais ampla e sensível às diferentes realidades sociais que compõem o universo acadêmico.

A permanência desses estudantes está diretamente relacionada à sua capacidade de adaptação ao ambiente universitário, que muitas vezes não está preparado para acolher a diversidade de trajetórias e experiências. Conforme destacam Novaes et al. (2025), a falta de políticas institucionais inclusivas pode intensificar sentimentos de exclusão, insegurança e desmotivação, contribuindo para o abandono dos cursos. A universidade precisa se reconhecer como um espaço plural e desenvolver práticas pedagógicas e administrativas que valorizem a diversidade e promovam a equidade.

Torna-se essencial que as instituições de ensino desenvolvam mecanismos de apoio financeiro e acadêmico, visando reduzir as desigualdades e promover a permanência estudantil. Isso inclui a oferta de bolsas, auxílios, programas de tutoria, acompanhamento pedagógico e apoio psicológico. Conforme apontam Theodoro e Freitas (2025), a efetividade dessas ações depende de uma abordagem integrada, que considere o estudante em sua totalidade. Investir em políticas de permanência não é apenas uma estratégia institucional, mas um compromisso com a democratização do ensino superior e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4.3. Inclusão e diversidade no contexto universitário

A inclusão no ensino superior envolve a garantia de acesso e permanência para estudantes com diferentes perfis e necessidades. Nesse contexto, destaca-se a importância de políticas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência, bem como de grupos historicamente marginalizados.

Conforme Lima e Carmo (2023), a acessibilidade no ensino superior ainda apresenta limitações, tanto em termos de infraestrutura quanto de práticas pedagógicas. Além disso, Robert et al. (2024) ressaltam que a inclusão efetiva exige mudanças institucionais que promovam equidade e respeito à diversidade.

A experiência de estudantes com transtornos do espectro autista e outras condições específicas no ensino superior revela desafios que vão além das questões acadêmicas tradicionais. Esses estudantes frequentemente enfrentam dificuldades relacionadas à adaptação ao ambiente universitário, que exige autonomia, organização e interação constante com diferentes sujeitos. Segundo Silva, Givigi e Camargo (2024), as barreiras na comunicação social e na flexibilidade cognitiva podem impactar diretamente o desempenho acadêmico e o bem-estar desses estudantes, tornando a permanência um processo mais complexo e exigente.

A falta de preparo institucional para lidar com a diversidade neurocognitiva contribui para a exclusão desses estudantes. Muitas vezes, docentes e equipes pedagógicas não possuem formação adequada para identificar e atender às necessidades específicas desse público, o que pode resultar em práticas pouco inclusivas. Conforme Lima e Carmo (2023), a ausência de adaptações curriculares, metodológicas e avaliativas limita a participação plena dos estudantes com deficiência, comprometendo sua trajetória acadêmica e ampliando o risco de evasão.

A promoção da inclusão no ensino superior requer ações integradas, que envolvam políticas institucionais consistentes, formação continuada de professores e oferta de suporte especializado aos estudantes. Isso inclui serviços de apoio psicopedagógico, acessibilidade comunicacional e acompanhamento individualizado. Segundo Robert et al. (2024), a construção de um ambiente universitário inclusivo depende do compromisso institucional com a equidade e do reconhecimento das diferenças como parte constitutiva do processo educativo. Dessa forma, garantir a permanência desses estudantes implica não apenas remover barreiras, mas também promover condições efetivas de participação e aprendizagem.

4.4. O papel da assistência estudantil na permanência acadêmica

A assistência estudantil constitui um dos principais instrumentos para garantir a permanência no ensino superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. Programas de bolsas, auxílios financeiros, moradia estudantil e apoio psicológico são fundamentais para reduzir os índices de evasão.

Segundo Theodoro e Freitas (2025), a assistência estudantil deve ser compreendida como uma política estruturante, capaz de promover equidade e inclusão no ambiente acadêmico. No entanto, muitas instituições ainda apresentam limitações na oferta desses serviços, o que compromete sua efetividade.

De acordo com Cruz e Cruz (2025), a permanência estudantil está diretamente relacionada à qualidade do apoio institucional oferecido, incluindo acompanhamento pedagógico e orientação acadêmica. Esse suporte é especialmente relevante nos primeiros períodos da graduação, quando muitos estudantes enfrentam dificuldades de adaptação ao novo ambiente acadêmico e às exigências do ensino superior. A implementação de programas de tutoria e monitoria contribui para fortalecer o processo de aprendizagem e criar vínculos mais sólidos entre os estudantes e a instituição.

O acompanhamento pedagógico possibilita a identificação de dificuldades acadêmicas de forma precoce, permitindo a adoção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento do estudante. Conforme destacam Novaes et al. (2025), ações institucionais bem estruturadas são capazes de melhorar o desempenho acadêmico e reduzir significativamente os índices de evasão. Nesse contexto, a atuação dos docentes e das equipes pedagógicas torna-se essencial para promover um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor.

A orientação acadêmica também desempenha papel fundamental na organização da trajetória universitária, auxiliando os estudantes no planejamento de suas atividades, escolha de disciplinas e definição de metas profissionais. Segundo Santos e Garcia (2025), a ausência desse tipo de apoio pode gerar desmotivação e insegurança, especialmente entre aqueles que não possuem experiências prévias no ensino superior. Assim, o fortalecimento da orientação acadêmica contribui diretamente para a permanência estudantil.

Investir em políticas de assistência estudantil é essencial para garantir não apenas o acesso, mas também o sucesso acadêmico dos estudantes. A oferta de auxílios financeiros, suporte psicológico e programas de inclusão social constitui um conjunto de ações indispensáveis para atender às diversas demandas dos estudantes. Conforme Theodoro e Freitas (2025), a integração dessas políticas com práticas institucionais amplia as possibilidades de permanência, promovendo maior equidade e contribuindo para a formação acadêmica de qualidade.

4.5. Experiências e desafios em universidades comunitárias

As universidades comunitárias apresentam características específicas que influenciam o acesso e a permanência dos estudantes. Essas instituições, em geral, possuem forte vínculo com a comunidade local e atuam na promoção do desenvolvimento regional.

No entanto, conforme Novaes et al. (2025), essas universidades enfrentam desafios relacionados à captação de recursos, à manutenção de programas de apoio estudantil e à adaptação às demandas sociais contemporâneas. A diversidade do público atendido exige estratégias diferenciadas de acolhimento e permanência.

Desafio importante refere-se à necessidade de inovação pedagógica e institucional, visando atender às demandas de um público cada vez mais heterogêneo. O perfil dos estudantes do ensino superior tem se diversificado significativamente, incluindo sujeitos com diferentes trajetórias educacionais, condições socioeconômicas, identidades culturais e necessidades específicas. Nesse cenário, práticas pedagógicas tradicionais, centradas na transmissão de conteúdos, mostram-se insuficientes para garantir a aprendizagem e a permanência desses estudantes. Torna-se indispensável a adoção de abordagens mais flexíveis, participativas e contextualizadas, que valorizem a diversidade e promovam o protagonismo estudantil.

Segundo Narciso e Santana (2025), a construção de novas metodologias e práticas educacionais é fundamental para promover uma formação mais inclusiva e eficaz. Estratégias como metodologias ativas, ensino híbrido, aprendizagem baseada em problemas e uso de tecnologias educacionais podem contribuir para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e acessível. A formação continuada dos docentes é essencial para que possam atuar de maneira crítica e inovadora, adaptando suas práticas às necessidades reais dos estudantes e às transformações do contexto educacional.

A inovação institucional também envolve a revisão de políticas acadêmicas e administrativas, buscando maior flexibilidade curricular, ampliação de programas de apoio e fortalecimento de ações inclusivas. Conforme apontam Lima e Carmo (2023), a construção de ambientes educacionais mais acessíveis e acolhedores depende de um compromisso institucional com a equidade e com a valorização das diferenças. Isso implica repensar não apenas o currículo, mas também as formas de avaliação, os espaços de aprendizagem e as relações estabelecidas no ambiente universitário.

As experiências das universidades comunitárias evidenciam a importância de políticas institucionais integradas, capazes de responder aos desafios do acesso e da permanência no ensino superior. Essas instituições, ao atuarem diretamente com a comunidade, possuem potencial para desenvolver práticas inovadoras e socialmente comprometidas. Conforme Novaes et al. (2025), a articulação entre ensino, pesquisa e extensão fortalece a formação acadêmica e contribui para a construção de soluções mais eficazes para os desafios educacionais. A integração de políticas e práticas institucionais constitui um caminho fundamental para promover uma educação superior mais inclusiva, democrática e de qualidade.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios relacionados ao acesso e à permanência no ensino superior, com foco nas experiências de uma universidade comunitária. A partir da análise bibliográfica e documental, foi possível compreender que, embora existam

avanços significativos nas políticas de acesso, a permanência estudantil ainda se apresenta como um desafio complexo e multifacetado. Ainda assim, a investigação permitiu evidenciar aspectos positivos importantes, especialmente no que se refere à ampliação das oportunidades educacionais e ao fortalecimento do papel social das instituições comunitárias.

A análise realizada demonstra que o acesso ao ensino superior tem se tornado mais democrático, possibilitando que estudantes de diferentes origens sociais ingressem na universidade. Esse cenário representa um avanço significativo na redução das desigualdades educacionais e na promoção da inclusão social. A presença de estudantes com trajetórias diversas enriquece o ambiente acadêmico, favorecendo a troca de experiências e a construção de conhecimentos mais plurais e contextualizados.

Mesmo diante das dificuldades relacionadas à permanência, observou-se que as instituições têm buscado desenvolver estratégias para enfrentar esses desafios. A identificação de fatores como limitações socioeconômicas, dificuldades acadêmicas e necessidades específicas dos estudantes contribui para a elaboração de políticas mais direcionadas e eficazes. Esse movimento demonstra uma maior sensibilidade institucional em relação às demandas dos estudantes, o que representa um avanço importante na gestão educacional.

As universidades comunitárias destacam-se como espaços fundamentais na promoção do acesso ao ensino superior, especialmente em regiões menos favorecidas. Essas instituições exercem um papel social relevante ao oferecer formação acadêmica alinhada às necessidades locais, contribuindo para o desenvolvimento regional. Além disso, sua proximidade com a comunidade favorece a construção de vínculos mais sólidos entre estudantes e instituição, o que pode impactar positivamente na permanência.

A oferta de auxílios financeiros, apoio pedagógico e acompanhamento psicossocial tem contribuído para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Essas ações demonstram o compromisso institucional com a inclusão e o sucesso acadêmico, fortalecendo a trajetória dos alunos no ensino superior.

A pesquisa também evidencia que a permanência estudantil tem sido cada vez mais compreendida como um processo contínuo, que exige planejamento, acompanhamento e avaliação constantes. Essa compreensão amplia as possibilidades de intervenção institucional, permitindo a criação de estratégias mais eficazes e adaptadas às necessidades dos estudantes. O reconhecimento dessa complexidade representa um avanço significativo na forma como o tema é abordado no contexto educacional.

Observa-se um movimento crescente de inovação pedagógica e institucional, com a adoção de práticas mais inclusivas e participativas. Essas iniciativas contribuem para tornar o ambiente acadêmico mais acolhedor e dinâmico, favorecendo o engajamento dos estudantes e o

desenvolvimento de suas potencialidades. A busca por metodologias mais flexíveis e centradas no estudante reflete um compromisso com a qualidade da educação superior.

A presença de estudantes com diferentes perfis tem impulsionado as instituições a repensarem suas práticas e políticas, promovendo maior equidade no ambiente acadêmico. Esse processo contribui para a construção de uma educação mais justa e acessível, alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

Destaca-se a importância de fortalecer políticas públicas e institucionais voltadas à permanência estudantil, garantindo a continuidade dos avanços já conquistados. A consolidação dessas políticas pode contribuir significativamente para a redução da evasão e para a melhoria da qualidade do ensino superior. A realização de novas pesquisas sobre o tema também se mostra fundamental, pois possibilita o aprofundamento das análises e a construção de soluções mais eficazes, reafirmando o compromisso com uma educação superior mais inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.